

COMPANHIA AUXILIAR DE ARMAZENS GERAIS

CNPJ/MF 61.145.488/0001-30

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2011. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerarem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO (Em milhares de reais)				
	Nota	2011	2010	1º de abril de 2009
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.636	7.182	493
Contas a receber de clientes	7	2.943	7.234	599
Estoques	8	740	566	517
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	15	865	1.644	-
Outros créditos		680	413	645
		15.864	17.039	2.254
Total do ativo circulante				
Ativo não circulante				
Ativos fiscais diferidos	9	5.172	4.771	4.723
Depósitos judiciais	14	10.245	9.332	8.249
Partes relacionadas	16	-	2.224	2.191
Imobilizado	10	101.326	109.447	119.101
		116.743	125.774	134.264
Total do ativo não circulante				
		132.607	142.813	136.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO (Em milhares de reais)				
	Nota	2011	2010	1º de abril de 2009
Passivos				
Fornecedores	11	1.355	1.042	1.298
Empréstimos e financiamentos	12	6.075	9.755	10.122
Obrigações sociais e trabalhistas	4	4.058	4.071	2.672
Impostos e contribuições a recolher	13	699	3.885	344
Partes relacionadas	16	1.325	3.813	6.081
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	15	-	-	2.304
Outras contas a pagar		386	101	1.155
		13.898	22.667	23.976
Total do passivo circulante				
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	5.139	11.225	21.400
Impostos e contribuições a recolher	13	810	-	-
Provisão para contingências	14	12.142	11.087	10.059
Passivos fiscais diferidos	9	22.216	22.909	21.776
		40.307	45.221	53.235
Total do passivo não circulante				
Patrimônio líquido				
Capital social		20.726	20.726	20.726
Reserva legal		2.307	2.079	1.422
Reserva de lucros		23.029	14.815	-
Ajuste de avaliação patrimonial		32.340	37.305	42.270
Reservas acumuladas		78.402	74.925	59.307
		132.607	142.813	136.518

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO (Em milhares de reais)				
	Reservas	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital	Reserva legal	de Lucros	
	20.726	1.422	42.270	(5.111) 59.307
	-	-	-	18.737 18.737
Em 1º de abril de 2009				
Lucro líquido do exercício				
Destinação do lucro:				
Reserva legal		657		(657) -
Dividendos mínimos obrigatórios		-		(3.119) (3.119)
Retenção de lucros		-	14.815	(14.815) -
Realização do custo atribuído		-	-	4.965
		20.726	2.079	14.815
Lucro líquido do exercício				37.305 74.925
Destinação do lucro:				
Reserva legal		-	-	4.559 4.559
Dividendos mínimos obrigatórios		-	228	(228) -
Retenção de lucros		-	(1.082)	- (1.082)
Realização do custo atribuído		-	-	9.296
		20.726	2.307	23.029
				32.340 78.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Companhia tem sede na capital de São Paulo, possui como atividade preponderante a comercialização no mercado atacadista de produtos alimentícios e mercadorias em geral, o aluguel de armazéns, a operação de exportação de açúcar e de outros produtos de origem vegetal e o exercício das atividades de operador portuário.

2. Base de preparação
a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*.

Essas são as primeiras demonstrações financeiras preparadas com a adoção integral das normas do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Uma explicação de como a transição para as práticas contábeis brasileiras, em consonância com os CPC's afetou a posição patrimonial e financeira está apresentado na nota explicativa nº 28. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

c. Moeda funcional e de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com as normas emitidas pelo CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 9 - Ativos e Passivos fiscais diferidos; Nota explicativa 15 - Instrumentos financeiros; • Nota explicativa 17 - Arrendamentos mercantis operacionais. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3.c.iii - Vida útil do ativo imobilizado; • Nota explicativa 14 - Provisão para contingências.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de abril de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Moeda estrangeira:** (i) *Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reversão são reconhecidas no resultado. **b. Instrumentos financeiros:** (i) *Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia deixa de reconhecer os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são mensurados ao valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Contas a Receber de Clientes, Partes Relacionadas e Outros Créditos. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como um custo adicional. **Ativos financeiros não derivativos:** Os ativos financeiros não derivativos, identificados nas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e seus custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado, quando incorridos, como componente das receitas e despesas financeiras. Posteriormente ao reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as alterações foram registradas no resultado do exercício como componente das receitas e despesas financeiras. (iii) *Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo subordnados designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (iv) *Capital social:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício. **c. Imobilizado:** (i) *Reconhecimento e mensuração:* Itens de imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. A Companhia optou por mensurar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição. Os efeitos do custo atribuído aumentam o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais (veja nota explicativa 10). Embora a adoção do valor justo como custo atribuído e do conseqüente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendos. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pelo fabricante. O custo de custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de abril de 2009 ou data posterior a esta. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. (ii) *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo registrado no resultado não excederá o custo líquido do componente. O custo de substituição de um componente é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) *Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas médias ponderadas estimadas para o período corrente são as seguintes:

	2011	2010
Máquinas e equipamentos	20,58%	20,58%
Equipamentos de processamento de dados	33,00%	33,00%
Móveis e utensílios	9,43%	9,43%
Veículos	16,14%	16,14%
Beneficiárias em propriedade de terceiros	4,07%	4,07%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento do exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **d. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagens e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem o valor de mercado. **e. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** (i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil

e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. (ii) *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros esperados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGC's a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGC's são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ativo alocado às UGC's, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil de outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGC's em uma base "pro rata". Para os ativos que apresentam perdas de valor recuperável, que tenham sido reconhecidos em períodos anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **f. Benefícios a empregados:** (i) *Planos de contribuição definida:* Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de contribuição futura para os empregados. Os benefícios são calculados com base no custo de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado do exercício nos períodos em que os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. (ii) *Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Os benefícios pós-emprego são reconhecidos caso o cumprimento do contrato é provável, aposentados e pensionistas são avaliados a cada exercício, através de cálculo atuarial elaborado por atuário independente. Os resultados são analisados e provisões são reconhecidas, caso os resultados sejam relevantes. As premissas utilizadas para o cálculo atuarial e outras informações desses benefícios são apresentadas na nota explicativa 25. (iv) *Outros benefícios de longo prazo:* A Companhia concede um bônus de longo prazo a seus executivos. O prazo deste benefício é estabelecido para o período de três anos, estando atrelado a uma meta de valor baseada na perpetuidade do EBITDA (lucro líquido sem os efeitos de imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras e despesas de depreciação e amortização). O valor é provisionado de acordo com o regime de competência e é apresentado na nota explicativa 25. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **h. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término dos embarques efetuados. **i. Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos, quando existentes, são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento. *Determinando se um contrato contém um arrendamento:* No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. O objeto de um arrendamento é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é independente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia de controlar o uso do ativo subjacente. A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto. **j. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, substancialmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações criadas por valores justos de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como ganhos realizados na liquidação de tais instrumentos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos, e variações de débito no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como perda na liquidação de tais instrumentos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **k. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considerando compensação de prejuízos fiscais e uma negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda, diferidos e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias deferíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **4. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. (i) *Imobilizado:* O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. (ii) *Contas a receber de clientes:* O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. (iii) *Empréstimos e financiamentos:* O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. (iv) *Passivos financeiros não derivativos:* O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de risco financeiro

Visão Geral: A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados, visando mitigá-los. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados. Os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessa demonstração financeira. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outros ativos financeiros. A administração da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento de negócios. A dívida da Companhia para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2011	2010	2009
Total do passivo	54.205	67.888	77.211
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	10.636	7.182	493
Dívida líquida (a)	43.569	60.706	76.718
Total do Patrimônio líquido (b)	78.402	74.925	59.307
Relação dívida líquida sobre capital em 31 de março (a/b)	56%	81%	129%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010	2009
Caixa	54	26	16
Depósitos à vista	851	7.156	477
Aplicações financeiras	9.731	-	-
Total	10.636	7.182	493

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda variável, remunerados por média ponderada de aproximadamente 100,2% da variação de CDI - Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento. Os depósitos à vista correspondem aos saldos bancários em conta corrente.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO (Em milhares de reais)			
	Nota	2011	2010
Receita			
Custo das vendas	19	63.762	62.270
	23	(57.555)	(43.365)
Lucro bruto			
Despesas administrativas	23	6.207	18.905
Juros receitas	23	(3.630)	(2.768)
Outras despesas	22	322	252
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos			
Receitas financeiras	21	1.137	14.451
Despesas financeiras	22	(8.520)	(17.616)
Finanças líquidas			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	22	(2.915)	(5.963)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	24	5.605	

14. Provisão para contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias e trabalhistas, com base na experiência anterior referen-

Table with 4 columns: Saldo em 1º de abril de 2009, Provisões feitas durante o exercício, Provisões utilizadas durante o exercício, Saldo em 31 de março de 2010.

15. Instrumentos financeiros
A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Table with 4 columns: Ativo, Caixa e equivalentes de caixa, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Passivo, Instrumentos financeiros derivativos não realizados.

Risco de crédito: A entidade não apresenta exposição à risco de crédito por região geográfica, e, suas transações são realizadas substancialmente com partes relacionadas, adicionalmente não existem títulos vencidos na composição do contas a receber.

Table with 4 columns: Depósitos à vista, Aplicações financeiras, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Contas a receber de clientes.

As operações de aplicações financeiras são pulverizadas em diversas instituições financeiras, consideradas pelo mercado de primeira linha. Risco de liquidez: A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Table with 6 columns: Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Outras contas a pagar, 2011, 2010, 1º de abril de 2009.

Table with 6 columns: Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Outras contas a pagar, 2011, 2010, 1º de abril de 2009.

Table with 6 columns: Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Outras contas a pagar, 2011, 2010, 1º de abril de 2009.

Table with 6 columns: Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Outras contas a pagar, 2011, 2010, 1º de abril de 2009.

Risco cambial: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, alguns saldos a receber e a pagar, todos denominados em reais.

Risco de crédito: A entidade não apresenta exposição à risco de crédito por região geográfica, e, suas transações são realizadas substancialmente com partes relacionadas, adicionalmente não existem títulos vencidos na composição do contas a receber.

Table with 6 columns: Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Outras contas a pagar, 2011, 2010, 1º de abril de 2009.

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado
Ativos: Caixa e equivalentes de caixa, Instrumentos financeiros derivativos.

Table with 6 columns: Caixa e equivalentes de caixa, Instrumentos financeiros derivativos, Passivos, Instrumentos financeiros derivativos.

Empréstimos e recebíveis
Contas a receber de clientes, Outros créditos.

Table with 6 columns: Caixa e equivalentes de caixa, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, 2011, 2010, 1º de abril de 2009.

Passivos designados pelo valor justo por meio do resultado
Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos.

Table with 6 columns: Caixa e equivalentes de caixa, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, 2011, 2010, 1º de abril de 2009.

16. Partes relacionadas
Valor da Transação Exercício encerrado em, Saldo em aberto Em.

Table with 6 columns: Venda de Serviços, Copersucar S.A., Copersucar Trading A.V.V., Copersucar - Cooperativa, Arrepar Participações S.A.

Ativo não circulante
Mútuo: Arrepar.

Table with 6 columns: Valor da Transação Exercício encerrado em, Saldo em aberto Em.

Passivo circulante
Adiantamento de Recursos Copersucar - Cooperativa, Adiantamento de Clientes.

Table with 6 columns: Valor da Transação Exercício encerrado em, Saldo em aberto Em.

Tomadora
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais, Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais, Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais.

Table with 4 columns: Banco, Vencimento, Valor.

28. Reconciliação a adoção inicial dos CPCs

Como mencionado na nota explicativa 2(a), estas são as primeiras demonstrações financeiras da Companhia preparadas de acordo com os CPCs. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 3 foram aplicadas de forma consistente na preparação das demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de março de 2011, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de março de 2010 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em CPCs para a posição financeira em 1º de abril de 2009.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Até um ano, Acima de um ano - até cinco anos, Mais de cinco anos.

17. Arrendamento mercantil operacional
Arrendamento como arrendatário: Os arrendamentos operacionais não calculáveis serão pagos da seguinte forma:

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

18. Patrimônio líquido
O capital social integralizado da Companhia é de R\$ 20.726 em 31 de março de 2011 (idêntico em 2010), representado por 2.019.843 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

19. Receita operacional:
A receita operacional corresponde a R\$ 63.762 e R\$ 62.270 em março de 2011 e 2010, respectivamente. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

20. Outras receitas
Anistia parcelamento Lei 11.941/09, Retenção de provisões tributária federal, Retenção de provisões ações judiciais trabalhistas.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

21. Outras despesas
Provisão de passivo (tributário e ações trabalhistas), Processos judiciais, Outros tributos, Despesas gerais, Outras despesas.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

22. Financeiras líquidas
Receitas financeiras, Rendimentos com aplicações financeiras, Ganhos com instrumentos financeiros derivativos, Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

23. Despesas por natureza
Despesas por natureza, Despesas com material, Despesas com pessoal, Depreciação e amortização, Gastos gerais.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

24. Despesa com imposto de renda e contribuição social
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

25. Benefícios a empregados
A Companhia concede alguns benefícios a seus funcionários. Dentre esses benefícios, os descritos abaixo foram avaliados por meio de cálculo atuarial. Assistência médica (subsídio cruzado): A Companhia disponibiliza como parte de seus benefícios um plano de assistência médica, onde os funcionários contribuem com parte dessa mensalidade.

26. Demonstrações de resultados abrangentes
A Companhia não apresentou efeitos que necessitassem ser reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes. Desta forma, considerando que o Lucro Líquido é o único item a ser apresentado nas demonstrações de resultados abrangentes, a Companhia optou por não apresentar essa demonstração.

27. Cobertura de seguros
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

28. Reconciliação a adoção inicial dos CPCs
Como mencionado na nota explicativa 2(a), estas são as primeiras demonstrações financeiras da Companhia preparadas de acordo com os CPCs. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 3 foram aplicadas de forma consistente na preparação das demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de março de 2011, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de março de 2010 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em CPCs para a posição financeira em 1º de abril de 2009.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Ativos, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outros créditos, Total do ativo circulante, Ativo não circulante, Ativos fiscais diferidos, Depósitos judiciais, Partes relacionadas, Intangível, Imobilizado, Total do ativo não circulante, Total dos ativos.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Passivo, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Obrigações sociais e trabalhista, Impostos e contribuições a recolher, Partes relacionadas, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, Total do passivo circulante, Patrimônio líquido, Capital social, Reserva legal, Ajuste de avaliação patrimonial, Prejuízos acumulados, Patrimônio líquido, Total dos passivos, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Ativos, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, Total do ativo circulante, Ativo não circulante, Ativos fiscais diferidos, Depósitos judiciais, Partes relacionadas, Intangível, Imobilizado, Total do ativo não circulante, Total dos ativos.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Passivo, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Obrigações sociais e trabalhista, Impostos e contribuições a recolher, Partes relacionadas, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, Total do passivo circulante, Patrimônio líquido, Capital social, Reserva legal, Ajuste de avaliação patrimonial, Prejuízos acumulados, Patrimônio líquido, Total dos passivos, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Receita, Custo das vendas, Lucro bruto, Despesas administrativas, Outras receitas, Outras despesas, Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Financeiras líquidas, Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, Lucro líquido do exercício, Notas às reconciliações: a) Isenção do custo atribuído: A Companhia optou pela mensuração do valor justo de itens do ativo imobilizado ajustando os saldos na data de adoção inicial (1º de abril de 2009) para fins de comparação.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

29. Evento subsequente
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de junho de 2011.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Ativos, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outros créditos, Total do ativo circulante, Ativo não circulante, Ativos fiscais diferidos, Depósitos judiciais, Partes relacionadas, Intangível, Imobilizado, Total do ativo não circulante, Total dos ativos.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Passivo, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Obrigações sociais e trabalhista, Impostos e contribuições a recolher, Partes relacionadas, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, Total do passivo circulante, Patrimônio líquido, Capital social, Reserva legal, Ajuste de avaliação patrimonial, Prejuízos acumulados, Patrimônio líquido, Total dos passivos, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Ativos, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, Total do ativo circulante, Ativo não circulante, Ativos fiscais diferidos, Depósitos judiciais, Partes relacionadas, Intangível, Imobilizado, Total do ativo não circulante, Total dos ativos.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Passivo, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Obrigações sociais e trabalhista, Impostos e contribuições a recolher, Partes relacionadas, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, Total do passivo circulante, Patrimônio líquido, Capital social, Reserva legal, Ajuste de avaliação patrimonial, Prejuízos acumulados, Patrimônio líquido, Total dos passivos, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Ativos, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, Total do ativo circulante, Ativo não circulante, Ativos fiscais diferidos, Depósitos judiciais, Partes relacionadas, Intangível, Imobilizado, Total do ativo não circulante, Total dos ativos.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Passivo, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Obrigações sociais e trabalhista, Impostos e contribuições a recolher, Partes relacionadas, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, Total do passivo circulante, Patrimônio líquido, Capital social, Reserva legal, Ajuste de avaliação patrimonial, Prejuízos acumulados, Patrimônio líquido, Total dos passivos, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Receita, Custo das vendas, Lucro bruto, Despesas administrativas, Outras receitas, Outras despesas, Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Financeiras líquidas, Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, Lucro líquido do exercício, Notas às reconciliações: a) Isenção do custo atribuído: A Companhia optou pela mensuração do valor justo de itens do ativo imobilizado ajustando os saldos na data de adoção inicial (1º de abril de 2009) para fins de comparação.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Ativos, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, Total do ativo circulante, Ativo não circulante, Ativos fiscais diferidos, Depósitos judiciais, Partes relacionadas, Intangível, Imobilizado, Total do ativo não circulante, Total dos ativos.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Passivo, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Obrigações sociais e trabalhista, Impostos e contribuições a recolher, Partes relacionadas, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, Total do passivo circulante, Patrimônio líquido, Capital social, Reserva legal, Ajuste de avaliação patrimonial, Prejuízos acumulados, Patrimônio líquido, Total dos passivos, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Receita, Custo das vendas, Lucro bruto, Despesas administrativas, Outras receitas, Outras despesas, Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Financeiras líquidas, Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, Lucro líquido do exercício, Notas às reconciliações: a) Isenção do custo atribuído: A Companhia optou pela mensuração do valor justo de itens do ativo imobilizado ajustando os saldos na data de adoção inicial (1º de abril de 2009) para fins de comparação.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Ativos, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, Total do ativo circulante, Ativo não circulante, Ativos fiscais diferidos, Depósitos judiciais, Partes relacionadas, Intangível, Imobilizado, Total do ativo não circulante, Total dos ativos.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Passivo, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Obrigações sociais e trabalhista, Impostos e contribuições a recolher, Partes relacionadas, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, Total do passivo circulante, Patrimônio líquido, Capital social, Reserva legal, Ajuste de avaliação patrimonial, Prejuízos acumulados, Patrimônio líquido, Total dos passivos, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Receita, Custo das vendas, Lucro bruto, Despesas administrativas, Outras receitas, Outras despesas, Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Financeiras líquidas, Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, Lucro líquido do exercício, Notas às reconciliações: a) Isenção do custo atribuído: A Companhia optou pela mensuração do valor justo de itens do ativo imobilizado ajustando os saldos na data de adoção inicial (1º de abril de 2009) para fins de comparação.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Ativos, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, Total do ativo circulante, Ativo não circulante, Ativos fiscais diferidos, Depósitos judiciais, Partes relacionadas, Intangível, Imobilizado, Total do ativo não circulante, Total dos ativos.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Passivo, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Obrigações sociais e trabalhista, Impostos e contribuições a recolher, Partes relacionadas, Instrumentos financeiros derivativos não realizados, Outras contas a pagar, Total do passivo circulante, Patrimônio líquido, Capital social, Reserva legal, Ajuste de avaliação patrimonial, Prejuízos acumulados, Patrimônio líquido, Total dos passivos, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2009.

Receita, Custo das vendas, Lucro bruto, Despesas administrativas, Outras receitas, Outras despesas, Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Financeiras líquidas, Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, Lucro líquido do exercício, Notas às reconciliações: a) Isenção do custo atribuído: A Companhia optou pela mensuração do valor justo de itens do ativo imobilizado ajustando os saldos na data de adoção inicial (1º de abril de 2009) para fins de comparação.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.